

Bancos japoneses se negam a

terça-feira, 1º/12/87 □ 1º caderno □ 13

renegociar dívida

Ivan Martins

SÃO PAULO — Até o momento, nenhum dos cerca de 40 bancos credores japoneses aderiu ao acordo de refinanciamento da dívida externa do Brasil assinado dia 6 de novembro em Nova Iorque. “Estamos com dificuldades enormes”, revelou Toshiro Kobayashi, diretor-superintendente do Banco de Tóquio no Brasil.

Kobayashi explicou que o Banco de Tóquio é o representante dos bancos asiáticos no comitê assessor da dívida, integrado por 14 grandes instituições internacionais, e que lhe cabe, por isso, a tarefa de arregimentar em sua região participantes para o pacto de refinanciamento de 3 bilhões de dólares, referentes à dívida do Brasil no último trimestre deste ano.

— Os bancos japoneses estão muito desconfiados e não querem participar de jeito nenhum — disse Kobayashi. Do portfólio total da dívida brasileira, que atinge o montante de 110 bilhões de dólares, os japoneses participam com 10 bilhões de dívida privada (de um total de cerca de 70 bilhões de dólares) e cerca de 5 bilhões de dívida pública, ligada ao Clube de Paris.

“Acredito que vamos conseguir as adesões, mas se isso não for possível o acordo terá que ser refeito”, afirmou Kobayashi. Segundo ele, os bancos japoneses — que têm seis instituições na lista dos 10 maiores bancos do planeta — são poderosos e ricos demais para serem ignorados pela comunidade financeira internacional. “Os Estados Unidos ficaram pobres e agora são os japoneses que têm dinheiro”, constatou ele.

Obstáculos — Existem três obstáculos principais à participação dos japoneses no acordo de refinanciamento, cujo prazo final de adesão esgota-se amanhã. O primeiro pode ser sintetizado na palavra ressentimento — a banca nipônica acusa o Brasil de ter levado em conta, na hora de reabrir as negociações, apenas o prazo fatal que pesava sobre os bancos americanos, que teriam que admitir prejuízos em 26 de outubro.

— Nós tivemos que registrar prejuízos em 30 de setembro, quando se encerrou nosso exercício, mas o Brasil só demonstrou interesse pelos problemas dos americanos — observou Kobayashi. O resultado, disse ele, é que há um forte mal-estar em relação ao Brasil — e uma proporcional resistência em dar mais dinheiro ao país.

O segundo obstáculo a ser contornado encontra-se dentro do governo japonês, que não está disposto a tornar sua legislação fiscal mais flexível para que os bancos possam fazer reservas que os garantam contra um novo calote do Brasil. Kobayashi revelou que pela legislação japonesa as reservas podem ser formadas apenas retirando dinheiro do lucro líquido dos bancos — e não, como ocorre nos EUA e na Europa, a partir do movimento bruto.

Reservas — Para participar do pacote, os bancos querem aumentar suas reservas, mas é muito caro isso, usando o lucro líquido — admitiu. Por fim, existe um grande desconforto dos japoneses em aceitar uma elevação percentual de sua participação no pacote de refinanciamento. Em 1982, eles entraram com 13% do total. Agora, com apenas 100 dos credores brasileiros participando do acordo, esse percentual tende a subir —, e há grande resistência dos bancos em admitir isso. “Queremos manter os 13% de 1982”, informou Kobayashi.

Pesa contra o Brasil também a decisão dos bancos e do governo japonês de prestigiarem os organismos bancários multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird). Dessa decisão, segundo Kobayashi, decorre que todo o dinheiro japonês excedente (cerca de 30 bilhões de dólares) será canalizado ao mercado internacional através dos guichês do Bird e do FMI. “Se o Brasil estiver afastado do Fundo não vai receber um tostão de dinheiro novo japonês”, garante o banqueiro.



Kobayashi